

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Sociabilidades, trajetos e desençaixes. Bolsa família e agricultores familiares no semi-árido baiano .

Celso Antonio Favero.

Cita:

Celso Antonio Favero (2009). *Sociabilidades, trajetos e desençaixes. Bolsa família e agricultores familiares no semi-árido baiano*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/601>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/WOf>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Sociabilidades, trajetos e desencaixes

Bolsa família e agricultores familiares no semi-árido baiano

CELSO ANTONIO FAVERO

*PhD em Sociologia pela Université du Québec à Montréal – UQAM
Professor/pesquisador na Universidade do Estado da Bahia – UNEB
celsoafavero@terra.com.br*

INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de um projeto de investigação realizado pelo Grupo de Pesquisa “Territórios, hegemonias, periferias e ausências” da Universidade do Estado da Bahia. O projeto tem o objetivo de produzir conhecimentos a respeito da “in-segurança” alimentar e nutricional no semi-árido do Nordeste, o que requer estudar as mudanças produzidas nos últimos anos na região e, assim, os modos atuais de produzir/consumir alimentos. Entende-se que toda pesquisa científica envolve escolhas sociais e políticas; que essas escolhas podem contribuir para a produção de mecanismos indutores de participação das populações; que essas escolhas solicitam instrumentos pedagógicos que contribuam para a formulação de novas realidades sociais; entende-se que o desenvolvimento do Nordeste passa,

estrategicamente, pelo desenvolvimento do semi-árido; que o desenvolvimento do semi-árido não pode ser obtido sem o enfrentamento do estado de in-segurança alimentar que submete parcela significativa da sua população; que o problema da in-segurança alimentar precisa ser entendido como problema que envolve uma herança natural/cultural e sistemas de engenharias e de ações sociais e políticas; que se requer como estratégia a produção da convivência-com-o-semi-árido. O projeto elege como ator central o agricultor familiar, o segmento social mais empobrecido da região e o seu maior produtor de alimentos; desse universo foi escolhida a parcela mais empobrecida, os “beneficiários” do Programa Bolsa Família (PBF).

Com estes propósitos o Grupo elaborou ferramentas metodológicas que contribuem para o envolvimento de habitantes da região, notadamente os jovens, no processo de pesquisa-ação. Em primeiro lugar, foi escolhido como campo de pesquisa um dos 26 “territórios” da Bahia, o Território Bacia do Jacuípe¹, no semi-árido, que compreende 15 municípios e em torno de 200.000 habitantes, dos quais 60% são agricultores familiares². O território detém um dos maiores índices de pobreza do semi-árido (78% das famílias do território são pobres e 32% da população é analfabeta) e com um dos maiores índices de “beneficiários” do PBF (74% das famílias e 80% dos agricultores familiares são beneficiários do PBF); além disso, o valor médio da produção agropecuária por estabelecimento da agricultora familiar é, hoje, equivalente ao valor médio transferido para cada família beneficiária do PBF; mais de 90% dos recursos financeiros que circulam no território provém de transferências dos governos federal e estadual para os municípios e programas de políticas públicas, o que daria origem, dizem alguns estudiosos (Ricardo Abramovay em Limites da ‘economia sem produção’), a “uma economia sem produção”. Para o desenvolvimento da pesquisa foram selecionados 15 jovens, um para cada município do território; com os Coordenadores do Território, eles foram envolvidos em todo o processo, tendo sido responsáveis, por exemplo, pela realização das 450 entrevistas que constituem a base do nosso sistema de informações. Com essa

¹ O termo Território do Jacuípe é de caráter oficial e designa, atualmente, uma das 26 regiões administrativas do estado da Bahia envolvendo 14 municípios. A divisão do Estado em territórios, desmanchando o modelo anterior de regiões administrativas ou homogêneas, teve início em 2003 e foi concluído em 2006. Em 2007, o governo do estado – do Partido dos Trabalhadores - decidiu incorporar nas suas estratégias de planejamento o recorte territorial. Ver: http://www.seplan.ba.gov.br/mapa_territorios.html

² O termo “agricultores familiares” é utilizado aqui sem grandes pretensões de rigor no âmbito do que seria uma definição supostamente científica desse conceito. Durante o processo de pesquisa descobriu-se, por exemplo, que a maior parcela dos que são “politicamente” considerados agricultores familiares são famílias “sem terras” mas que, de uma forma ou de outra, extraem uma parcela significativa da sua renda do trabalho como agricultores envolvendo o conjunto dos membros da família.

estratégia se ganha em termos de qualidade das informações, já que permite maior aproximação com o cotidiano das famílias.

Neste trabalho – mesmo reconhecendo a importância dos estudos que tratam dos impactos que o programa produz do ponto de vista das suas finalidades (estabelecidas pelo Estado) e o caráter institucionalista predominante nas abordagens - o propósito é elaborar hipóteses que possam contribuir para a análise dos processos de apropriação e uso - pelos agricultores familiares – de políticas públicas, principalmente o PBF, o que recoloca este personagem em cena não mais como um simples “beneficiário”, mas como um “ator” e produtor de sociabilidades. É importante salientar, também, que este agricultor familiar tomado pelo PBF reaparece no cenário não mais como produtor de valor, ou como trabalhador, pelo menos diretamente, mas como um sujeito que participa do que alguns autores vêm chamando uma “economia sem produção”³. Ou seja, pretende-se entender as mudanças introduzidas a partir da apropriação desse dinheiro nos trajetos/estruturas das famílias beneficiárias, os novos mapas que elas elaboram para as suas vidas, os encontros/desencontros que resultam desses processos e como as famílias se reorganizam nesse novo contexto. Seguindo Giddens (em “A Constituição da Sociedade”) e Martins (em “A Sociabilidade do Homem Simples”), quer-se saber que novos trajetos conformam o novo cotidiano dos agricultores familiares do território e como este novo cotidiano recompõe a memória desmanchada/presentificada.

Para a realização do estudo conta-se com as informações contidas no Banco de Dados resultante das entrevistas (envolveram 450 famílias, 30 famílias por município) e mais de três centenas de variáveis e com as informações levantadas nas observações *in loco* e nos grupos focais envolvendo as comunidades rurais onde residem os entrevistados. Mas, apesar de se ter essa quantidade de informações, este é, ainda, um trabalho exploratório, uma primeira aproximação no processo de elaboração de caminhos teóricos. A questão que estrutura o trabalho é: como as estruturas/dinâmicas do cotidiano deste grupo social – os ambientes físicos, os sistemas e práticas de produção, os trajetos, os hábitos e, principalmente, os hábitos alimentares, as estruturas familiares, as redes de sociabilidades e os territórios... - são

³ Por falta de outro conceito, utiliza-se este. Como fontes, cita-se: Sandi, Ricardo Dinarte e Herniger, Luiz Pêrsio. A Previdência Social nos municípios do Semi-árido Brasileiro. In Informe de Previdência Social, Agosto 2001. Vol. 13, n. 8. Estes autores ao utilizarem o conceito, remetem, como fonte, a Gomes, Gustavo Maia. Velhas secas e novos sertões. IPEA, no prelo, 2001. Outro autor que utiliza o conceito é: Abramovay, Ricardo. Limites da “economia sem produção”. In. Gazeta Mercantil, 24/01/02. Também pode ser encontrado em: http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_jornal/2001/Limites_da_economia_sem_producao.pdf.

alteradas a partir da apropriação realizada pelas famílias do dinheiro do PBF? O que é este novo rural – o rural do PBF?

Na busca de respostas para a questão, parte-se da suposição de que as ruralidades são lugares/dinâmicas no interior dos quais o “desmanche” (termo usado por Francisco de Oliveira em “Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento”) e a produção de novas sociabilidades se encontram e desencontram. Ou seja, o estudo das novas ruralidades pressupõe a compreensão das mudanças (deslocamentos) e das resistências dos atores, dos desmanches e das produções que conformam um novo chão da vida e da teatralização da vida. Foi neste novo chão e nesses novos ares que se plantou o PBF, árvore que produz dinheiro que é apropriado, também, por agricultores familiares. Como se configurava (no passado) o chão no qual o PBF foi (atualmente) plantado? Qual é o significado do ingresso do dinheiro na vida desses personagens? O que é o rural no semi-árido após o ingresso desse dinheiro?

Em termos teórico-analíticos, mesmo reconhecendo a importância dos estudos que tratam dos impactos que o PBF produz do ponto de vista das finalidades às quais ele se propõe (estudos centrados no Estado), que é a grande maioria nesse campo e que assumem, quase sempre, uma abordagem de caráter institucionalista, neste trabalho, abordando os atores sociais, o que interessa é conhecer os modos de apropriação e, principalmente, os modos de uso dos recursos financeiros do PBF pelos agricultores familiares, o que recoloca este personagem – o agricultor familiar - em cena não mais como um simples “beneficiário” de um programa, mas como um “ator” e produtor de sociabilidades. Além disso, ele reaparece nesse âmbito não mais apenas como produtor de valor, como trabalhador, mas também como um sujeito que participa do que se vêm chamando a “economia sem produção”.

Para dar conta dessas preocupações, o trabalho foi estruturado envolvendo dois temas: 1) a caracterização da agricultura familiar do Território destacando os modos de existir material/ideológicos de famílias bastante coladas às dinâmicas da natureza na sua pluralidade espaço-temporal, que interferem na elaboração dos trajetos e, assim, na produção do território denso das comunidades rurais; essa precariedade dos sistemas de produção agropecuária se inserem num contexto onde os trajetos das famílias se alongaram produzindo novos territórios, requerendo novas estratégias no sentido de produzir a subsistência, já que a

cidade, no sentido a ela atribuído por Henri Lefebvre, e o trabalho fora (fora inclusive da região) - e não mais o roçado e a natureza - tornam-se o epicentro da vida; 2) os modos como o Estado ingressa e se instala na região e na vida dos agricultores familiares, ou dos novos modos de “estadificação” das formas de pensar e produzir a vida. O Estado, com o PBF, torna-se o principal responsável pela formação de renda das famílias dos agricultores familiares e do próprio território visto da perspectiva dos agricultores familiares, o que desloca o centro de gravitação do trabalho/produção para o dinheiro (moeda e símbolo) oriundo do Estado. Ou seja, a precariedade dos sistemas produtivos, a crescente centralidade da cidade e a aparição do Estado e do dinheiro reorganizam as estruturas materiais/ideológicas, as estratégias produtivas e os consumos. Da combinação desses três universos faz-se emergir duas hipóteses que, entende-se, podem contribuir para guiar a produção de novos trabalhos científicos no quadro dessa temática.

Mas, enfim, o caminho proposto sinaliza para a necessidade de combinar, teórico-analiticamente, uma sociologia do cotidiano – para o que contribuem os estudos realizados por José de Souza Martins e Anthony Giddens e estudos antropológico/sociológicos articulados em torno do conceito “convivência-com-o-semi-árido” - com uma sociologia do dinheiro – num diálogo com Georg Simmel, Nigel Dodd, Geoffrey Ingham e Federico Neiburg - com a finalidade de decifrar os encontros/desencontros que constituem esse novo agricultor familiar, um sujeito “comum, fragmentado, divorciado de si mesmo e de sua obra, mas obstinado no seu propósito de mudar a vida, de fazer História, ainda que pelos tortuosos caminhos de sua alienação e de seus desencontros, os difíceis caminhos cotidianos da vida”, nas palavras de José de Souza Martins em “A Sociabilidade do Homem Simples”.

TERRITÓRIO BACIA DO JACUÍPE, AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE SUBSISTENCIA.

1) O Semi-árido Nordeste

De acordo com o Ministério de Integração Nacional, a região semi-árida⁴ do Nordeste compreende 1.133 municípios, 980.056,7 Km² e 20.870.020 habitantes, dos quais 9.108.972 (43,6%) vivem no campo (Nascimento, 2008: 12). Trata-se de

⁴ A delimitação do semi-árido é feita considerando três variáveis principais: a precipitação pluviométrica, o índice de aridez dos solos e o risco de secas. A expressão semi-árido é usada, em geral, para descrever o clima e

“uma região imensa, porém invisível, a não ser quando a seca castiga a região e as câmeras começam a mostrar as eternas imagens de chão rachado, água turva e crianças passando fome. São imagens verdadeiras, enquanto sinais de alerta para uma situação de emergência. Mas são, também, imagens redutoras, caricaturas de um povo que é dono de uma cultura riquíssima, capaz de inspirar movimentos sociais do porte de Canudos e obras de arte de dimensão universal – do clássico Grande Sertão, do escritor Guimarães Rosa, até o recente Central do Brasil, do cineasta Walter Salles” (ASA, 1999).

Nesta vasta região, a média de precipitação de chuvas varia entre 500 e 800 mm/anuais⁵ e o potencial de evaporação é superior a 2.000 mm/anuais. A associação entre a baixa taxa de precipitação pluviométrica e a alta taxa de evaporação caracterizaria o semi-árido como uma região seca. Contribui para esta designação, também, o fato de esta ser uma região “pobre em volume de escoamento de água dos rios”, situação que pode ser explicada “em razão da variabilidade temporal das precipitações e das características geológicas dominantes, onde há predominância de solos rasos baseados sobre rochas cristalinas e conseqüentemente baixas trocas de água entre o rio e o solo adjacente. O resultado é a existência de densa rede de rios temporários” (Cirilo, 2008). Outra decorrência desse predomínio do substrato geológico cristalino é o elevado teor de salinidade dos solos e das águas superficiais e subterrâneas.

È importante sublinhar, no entanto, que o semi-árido do Nordeste do Brasil compreende uma grande diversidade de climas, de tipos de vegetações, de solos, de águas e de realidades econômicas, sociais, políticas e culturais, de modo que seria mais conveniente falar de territórios do semi-árido, ou de “mosaico” (termo talvez inadequado), e não de “semi-árido”.

“Trata-se de um verdadeiro mosaico de ambientes naturais e humanos. Dentro desse quadro, bastante diversificado, vamos encontrar problemáticas próprias à região (o acesso à água, por exemplo) e, outras, universais (a desigualdade entre homens e mulheres)” Vamos ser confrontados com o esvaziamento de espaços rurais e à ocupação desordenada do espaço urbano

as regiões onde ocorrem precipitações médias anuais entre 250 e 500 mm e cuja vegetação é composta prioritariamente por arbustos que perdem as folhas nos meses mais secos ou por pastagens que secam na época de estiagem. Vegetação característica de regiões semi-áridas são, por exemplo, as estepes, como as do Cazaquistão, e a caatinga, presente apenas no Nordeste do Brasil” (Cirilo, 2008).

⁵ Em determinadas sub-regiões do vasto semi-árido, a precipitação anual média pode ser bastante inferior a este índice (ver nota 4) e é muito comum no semi-árido a ocorrência de secas que são, frequentemente, longas.

nas cidades de médio porte. Encontraremos, ainda, agricultores familiares que plantam no sequeiro, colonos e grandes empresas de agricultura irrigada, famílias sem terra, famílias assentadas, muita gente com pouca terra, pouca gente com muita terra, assalariados, parceiros, meeiros, extrativistas, comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, comerciantes, funcionários públicos, professores, agentes de saúde...” (ASA, 1999).

Nessa região com muitos problemas, o maior deles não é, certamente, a escassez de água, mas a sua má distribuição, o mau aproveitamento e o desperdício (Cirilo, 2008), que não são problemas naturais, mas de ordem política (Favero et al., 2000), o que torna a região refém de jogos locais de poder. Ou, como dizem os próprios agricultores familiares da região, “seca é seca, falta de água é problema político”. A caricatura, a dissimulação, a teatralização, tomam o lugar da realidade, transformando a região num símbolo que é fonte de “uma profusão de sentimentos, visões e compreensões”, tais como “medo, vergonha, espanto, intolerância, horror...” (Favero et al., 2000: 23); mas, também, revolta, esperança, sonho e sentimento de realização de novos mundos. Na perspectiva dominante, a identidade da região é fortemente vinculada à idéia de “exclusão social, como lugar de carência e de ausência de dinâmica socioeconômica relevante” (Nascimento, 2008: 13)⁶. Ao longo do século vinte, esse modo de representação – resultado de uma produção histórico-social com raízes em um tempo mais longo e realizada a partir de uma espécie de aliança entre as elites nordestinas e do Sudeste do país (Albuquerque Jr., 1996) – tornou-se como que natural, uma tácita, de modo que, ainda hoje, freqüentemente, os que supostamente tenderiam a se levantar contra esse modo de representação, paradoxalmente, insistem em dar-lhe vida⁷, em dar vida ao encontro-desencontro de que se formam os sujeitos dessa região.

⁶ Ver: Favero, Celso Antonio et al. Reduction of Rural Poverty: Critical Revision of the Situation and Challenges for the Next Century. In. Winrock International and Faculdade Integrada da Bahia. Rural Poverty in the Northeast of Brasil. Salvador, Casa da Qualidade Editora Ltda. 2000. P. 23-48. Favero, Celso Antonio e Santos, Stella Rodrigues dos. Semi-árido: fome, esperança, vida digna. Salvador: EDUNEB, 2002.

⁷ No “Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável” (versão preliminar) do Território Bacia do Jacuípe, elaborado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia do Jacuípe (CODES Bacia do Jacuípe), de dezembro de 2007, encontra-se textualmente, o seguinte: “No que tange aos aspectos humanos, há, por um lado, a cultura da resignação do sertanejo frente a esse ambiente e, por outro, as suas estratégias criativas de sobrevivência, principalmente nos períodos de seca mais severa” (p. 7).

Nas últimas décadas, vêm se desenvolvendo na região, promovido por organizações da sociedade civil⁸, novos modos de representá-la, articulados à idéia de convivência-com-o-semi-árido, que seria, “provavelmente, aquela que, no Brasil, explicita o conteúdo da ruralidade de forma inteira, ou seja, como ruralidade-territorialidade...” (Nascimento: 2008: 2). Mas, é importante notar que, hoje, além de realçar essa perspectiva de caráter, digamos, heurístico (que envolve princípios e esperanças), a noção de convivência-com-o-semi-árido vem sendo mais freqüentemente utilizada em termos instrumentais, de modo que as iniciativas preconizam a “verdadeira solução do problema (da seca-pobreza no semi-árido) são as que o encaram e vão a fundo, são as que, numa linha ao mesmo tempo técnica e político-pedagógica, procuram *desconstruir* a idéia de seca e trabalhar a convivência com o semi-árido” (Favero et al., 2000: 40). A noção articula, desse modo, uma busca de significado (perspectiva heurística) com uma abordagem instrumental (política) cuja finalidade é elaborar

“uma resposta a uma característica peculiar das áreas semi-áridas nordestinas, a estiagem; ela incorpora modos e técnicas de saber-fazer capitaneadas por governos, organizações e atores locais que refletem contextos sócio-espaciais específicos e interesses em disputa em torno da questão do desenvolvimento [...]. A noção é transformadora e re-significadora de uma relação sócio-espacial” (Idem, 10-11).

O Estado e, principalmente, algumas organizações da sociedade civil são as principais responsáveis pela produção e pela disseminação desse novo e criativo modo de ver, de viver e de produzir o semi-árido, o que permite reconhecê-lo na sua diversidade e a partir dos atores locais. Mas, contraditoriamente, nesse tipo de abordagem vem crescendo a influência do Estado e do seu viés tecnocrático e desenvolvimentista, que expropria os atores locais da palavra e da tomada de iniciativa, deslocando-as para uma espécie de universo sem sujeitos, sem controles, onde o que importa é o ajustamento às dinâmicas e às regras de um mercado também naturalizado.

2) Território de Identidade Bacia do Jacuípe e Agricultura Familiar

⁸ Tais como o Fórum Articulação Semi-Árido Brasileiro (ASA), o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) e o Movimento de Organização Comunitária (MOC). Ver, especialmente, a “Declaração do Semi-árido”, de autoria da Articulação do Semi-árido brasileiro, publicada em 1999. Ver, também, <http://www.observatoriodosemiarido.org.br/index.php>.

O Território Bacia do Jacuípe⁹, no semi-árido da Bahia, envolve 14 municípios que foram criados após 1953¹⁰, uma área de 10.604 Km² e, atualmente, 190.000 habitantes (população estimada). No âmbito da sua estrutura demográfica, três fenômenos chamam a atenção (*tabela 1*): 1) em 2000, a população das cidades sedes dos municípios ia de 23.320 habitantes em Ipirá até 2.203 em Gavião, o que as qualificava, exceto, talvez, Ipirá, como vilas rurais¹¹; 2) a persistente evasão de populações da região, atingindo o significativo patamar de 33,23%, ou de 95.608 habitantes (1/3 da população), em apenas onze anos (1995-2006); nesse período, Riachão do Jacuípe perdeu quase 78% da população, São José do Jacuípe perdeu 64%, Gavião perdeu 61%, Capela do Alto Alegre perdeu 57,5% e Pé de Serra perdeu quase 50%; o único município que manteve a sua população estável foi Pintadas¹²; 3) em 2000, do total da população do território, mais de 58% residia no meio rural (no semi-árido do Nordeste, a taxa é de 43,6%) e, em alguns municípios, como Baixa Grande, ultrapassava os 65%. Mesmo em Ipirá, a cidade/município mais populoso/extenso do território, a taxa relativa da população rural é de 62%¹³.

⁹ O termo Território do Jacuípe é oficial, designa, atualmente, uma das 26 regiões administrativas do estado da Bahia envolvendo 14 municípios (na nossa pesquisa incluímos o município de Capim Grosso respondendo a uma solicitação da coordenação do território, que aposta na sua inclusão. A respeito da divisão do Estado em territórios, desmanchando o modelo anterior de regiões administrativas ou homogêneas teve início em 2003 e foi concluído em 2006. para um primeiro contato com o tema: http://www.seplan.ba.gov.br/mapa_territorios.html. Com a mudança da orientação do governo estadual, em 2007, a nova administração decidiu incorporar na suas estratégias de planejamento o recorte territorial, passando da denominação de “Territórios Rurais” a “Territórios de Identidade”. O Rio Jacuípe, que dá nome ao território, é um rio perene que banha vários municípios do semi-árido baiano e deságua no Rio Paraguaçu, nas proximidades da Baía de Todos os Santos.

¹⁰ Os municípios que formam o território Bacia do Jacuípe foram criados nas seguintes datas: em 30/12/1953 (Baixa Grande, Ipirá, Mairi, Riachão do Jacuípe e Serra Preta); 30/07/1962 (Várzea do Poço); 19/03/1983 (Pé de Serra); 19/03/1985 (Capela do alto Alegre, Gavião, Pintadas e Várzea da Roça); 13/06/1989 (Nova Fátima, Quixabeira e São José do Jacuípe).

¹¹ O critério básico adotado pelo IBGE para qualificar as populações urbanas e rurais são as demarcações de perímetros estabelecidas com base em Lei municipal aprovadas pelas Câmaras de Vereadores. Eli da Veiga, estudioso do tema, propõe como critérios, entre outros, o número total de moradores e a densidade demográfica, o que transformaria muitos dos municípios do Território do Jacuípe em territórios rurais.

¹² Com aos dados que indicam a diminuição significativa da população, habitantes da região chamam a atenção para um ponto: a migração é, em grandes proporções, de caráter sazonal (homens, sobretudo jovens, vão para outras regiões do país em busca de trabalho e renda); nesse sentido, dependendo da época em que foi realizado o diagnóstico, ele é mais ou menos afetado por variações. Há que se considerar, também, nesses últimos anos, a mudança de domicílio (moradia) do campo para a cidade, na própria região, o que se deve, em grande medida, à vulnerabilidade das famílias “beneficiárias” de programas como o PBF a ações de ladrões.

¹³ Provavelmente, na perspectiva do IBGE, esses dados estariam atualmente defasados, dado o crescimento do número de famílias que vem transferindo o seu domicílio do campo para a cidade.

Tabela 1. Área e População residente por situação de domicílio e grau de urbanização nos municípios do Território Baía do Jacuípe, Bahia, 1995-2006.

Municípios	Área (Km ²)	População Residente - 2000			População Residente (estimada)		
		Total	Urbana	Rural	1995	2001	2006
Baixa Grande	983	20.441	7.126	13.315	22.291	20.275	19.562
Capela do Alto Alegre	656	11.898	4.533	7.365	18.913	11.233	8.036
Gavião	335	4.792	2.203	2.589	7.884	4.513	3.079
Ipirá	3.024	61.746	23.320	38.426	64.770	61.596	61.064
Mairi	906	20.085	9.595	10.490	20.130	19.992	19.581
Nova Fátima	371	7.536	4.441	3.095	11.570	7.155	5.394
Pé de Serra	558	13.531	4.111	9.420	18.809	13.087	10.941
Pintadas	529	10.927	4.076	6.851	10.084	11.259	11.311
Quixabeira	368	9.466	3.130	6.336	15.509	8.912	9.298
Riachão do Jacuípe	1.199	31.633	15.569	16.064	42.052	30.865	9.298
São José do Jacuípe	369	9.233	5.701	3.532	15.702	8.635	5.648
Serra Preta	537	17.726	5.692	12.034	17.112	17.707	17.778
Várzea da Roça	549	13.633	5.847	7.786	13.531	13.649	13.769
Várzea do Poço	220	7.515	5.034	2.481	9.336	7.256	6.624
Total Território	10.604	240.162	100.378	139.784	287.693	236.134	192.085

Fonte: SEI (<http://www.sei.ba.gov.br/side/alimenta.wsp>). Elaboração do autor.

As informações contidas nas *tabelas 2 e 3*, apesar da sua generalidade, permitem fazer outros tipos de aproximação em termos de conhecimento da realidade socioeconômica da região. Com relação ao PIB *per capita*, por exemplo, são significativos os sinais de assimetria existentes entre os municípios, como é o caso de São José do Jacuípe, considerado num extremo, e Serra Preta, no outro. Comparando o PIB *per capita* do Território (R\$ 2.730,00) com o PIB *per capita* estadual (de R\$ 5.402,00) e o brasileiro (R\$ 8.694,00), é mais significativo ainda o grau de assimetria que é, também, visto em outra perspectiva, o grau de iniquidade socioeconômica que atinge grandes parcelas da população do território.

Tabela 2 - Indicadores Econômicos – valores absolutos – 2005

Municípios	PIB (R\$ milhão)	PIB (R\$) per capita
Baixa Grande	40,59	2.061,20
Capela do Alto Alegre	23,40	2.717,24
Gavião	09,97	2.990,88
Ipirá	162,49	2.656,61
Mairi	41,59	2.115,83
Nova Fátima	15,64	2.737,11
Pé de Serra	23,96	2.115,28
Pintadas	22,11	1.964,45
Quixabeira	16,09	2.412,51
Riachão do Jacuípe	68,74	2.464,95
São José do Jacuípe	20,17	3.260,84
Serra Preta	33,05	1.860,02
Várzea da Roça	28,53	2.075,09
Várzea do Poço	18,23	2.669,70
Total do Território	524,56	2.730,87

Fontes: SEPLAN-SEI. Elaboração do autor.

Com relação aos Índices do Desenvolvimento Humano, considerando os dez anos de intervalo das pesquisas (1991-2000), em todos os municípios do território melhoraram os índices de desenvolvimento. O melhor desempenho, nesse período, ocorreu no campo da educação, e o pior se verificou no índice de renda. A produção de renda aparece como o grande gargalo no desenvolvimento do território. É evidente, também, o baixo nível de desempenho geral do território, comparado com os índices médios estadual (0,688) e brasileiro (0,766). Enfim, no “mosaico” que é o semi-árido brasileiro, o território Bacia do Jacuípe se situa entre os mais pobres.

Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do Território Bacia do Jacuípe 1991 e 2000.

Município	IDH 1991	IDH 2000	IDHM-Renda, 1991	IDHM-Renda, 2000	IDHM-Longevi d.1991	IDHM-Longev id.2000	IDHM-Educação 1991	IDHM-Educação 2000
Baixa Grande	0.508	0.66	0.392	0.49	0.619	0.736	0.512	0.755
Capela do Alto Alegre	0.548	0.634	0.494	0.549	0.575	0.673	0.575	0.681
Gavião	0.522	0.64	0.509	0.501	0.597	0.663	0.46	0.755
Ipirá	0.523	0.609	0.475	0.524	0.581	0.612	0.514	0.691
Mairi	0.526	0.605	0.46	0.495	0.546	0.603	0.571	0.718
Nova Fátima	0.555	0.635	0.571	0.559	0.538	0.597	0.557	0.75
Pé de Serra	0.513	0.63	0.402	0.476	0.578	0.653	0.56	0.762
Pintadas	0.502	0.625	0.461	0.511	0.552	0.641	0.493	0.724
Quixabeira	0.474	0.606	0.433	0.475	0.542	0.627	0.447	0.715
Riachão do Jacuípe	0.557	0.646	0.496	0.548	0.563	0.626	0.612	0.764
São José do Jacuípe	0.477	0.577	0.454	0.485	0.531	0.568	0.446	0.679
Serra Preta	0.486	0.604	0.423	0.487	0.522	0.617	0.513	0.709
Várzea da Roça	0.461	0.591	0.41	0.475	0.486	0.607	0.487	0.691
Várzea do Poço	0,567	0,665	0,436	0,526	0,632	0,717	0,634	0,752

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Esse extenso mundo rural do território é constituído majoritariamente de agricultores familiares¹⁴. De acordo com o IBGE, a agricultura familiar participa com 93% dos estabelecimentos, 54,6% da área (a área média dos estabelecimentos familiares é de 19,2 hectares e 51,5% do total dos estabelecimentos têm menos de 10 hectares) e 66% do valor bruto da produção agropecuária do território (o valor médio anual produzido por estabelecimento familiar é de R\$ 1.101,81 reais). São pequenas áreas produzindo relativamente muito mais do que os grandes estabelecimentos. Para a Bahia, considerando as mesmas três variáveis, verifica-se que a agricultura familiar participa com 89,1% com relação ao total dos estabelecimentos, 38,1% da área e 39,8% do valor produzido. Nesse caso, a média de valor produzido por estabelecimento familiar é de R\$ 1.344,02, cifra superior à da média no território Bacia do Jacuípe. Além disso, nesse caso, o valor da produção da agricultura familiar é simétrico à quantidade de área ocupada por esses estabelecimentos. Isso significa que, na Bahia, é maior o nível de concentração da agricultura patronal em termos de área e, também, em termos de valor produzido; ou, que a agropecuária do território do Jacuípe é formada – em todos os aspectos -, majoritariamente, pela agricultura familiar.

No estudo do território, não se pode perder de vista o seu caráter heterogêneo nos aspectos sociais, econômicos, históricos, culturais, espaciais e políticos e em termos de dinâmicas do mundo rural. Isso significa dizer, por exemplo, que se é amplo o predomínio no território de uma agropecuária de subsistência, praticada inclusive por famílias sem terra, são distintos os modos como se estruturam no cotidiano das famílias dos agricultores familiares o universo do trabalho, da combinação do trabalho no estabelecimento onde residem com atividades

¹⁴ Não há o mínimo de unanimidade entre os estudiosos da agricultura familiar com relação à própria definição do termo. Homem de Melo operacionaliza o conceito de “agricultura familiar” como as propriedades com menos de 100 hectares. Com isso, englobam-se nessa categoria as chamadas agricultura de subsistência, a pequena produção, ou campesinato. Para o INCRA¹⁴, a agricultura familiar atende a duas condições: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor, e b) o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado. De acordo com o INCRA/FAO, “a agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva” (INCRA/FAO, Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. Brasília, 1996. p. 4).

Em ambas as definições, a posse de um estabelecimento é requisito fundamental para a qualificação como agricultor familiar. É assim que ela é apreendida oficialmente. Nos números das tabelas acima, o termo agricultores familiares refere-se às famílias de agricultores que possuem algum tipo de estabelecimento agrícola. No entanto, na região, uma outra parcela significativa da população não têm terra mas têm o seu trabalho principal vinculado à agricultura e, frequentemente, a algum estabelecimento agropecuário de onde retiram uma parcela importante da sua renda; são, essencialmente, famílias pluriativas que se auto-designam como agricultores familiares.

múltiplas realizadas fora do estabelecimento, das práticas agropecuárias, dos sentidos atribuídos a essas práticas, da importância relativa atribuída para a agropecuária (no âmbito do que seria a pluriatividade) ou, enfim, da produção/reprodução da vida dessas famílias. São diversos, do mesmo modo, os elementos estruturantes de cada território, tais como a proximidade/distância de rios, os tipos de solo, o acesso a água, o predomínio da pecuária ou da agricultura, a distância das comunidades e dos estabelecimentos rurais das vilas e cidades, a vizinhança com grandes estabelecimentos. Isso significa dizer, em síntese, que os dados agregados, ao mesmo que contribuem para a formação de um conhecimento da região, inibem a emergência de dimensões essenciais desse conhecimento.

Tabela 4 - Produção agropecuária no território – Principais produções - 2006

MUNICÍPIO	Feijão		Mandioca		Milho		Produção animal - cabeças		
	Área (Ha)	Prod. (T)	Área (Ha)	Prod. (T)	Área (Ha)	Prod (T)	Bovinos	Ovinos	Caprinos
Baixa Grande	2.500	2.100	50	600	500	360	22.429	4.080	3.360
Capela Alto Alegre	550	198	75	900	550	330	31.233	5.610	4.655
Gavião	200	54	38	456	200	84	12.981	7.506	1.147
Ipirá	1200	720	110	1.100	1.200	480	99.468	48.000	13.200
Mairi	600	432	500	7.000	600	480	33.000	5.500	910
Nova Fátima	250	75	45	540	250	105	10.182	2.514	526
Pé de Serra	350	105	60	720	350	168	24.908	43.907	6.014
Pintadas	1.000	500	40	400	1.000	400	18.900	15.800	4.570
Quixabeira	30	7	200	2.600	180	54	9.646	4.186	2.986
Riachão Jacuípe	500	165	75	900	500	240	42.514	3.343	1.750
São José do Jacuípe	300	216	600	6.000	250	187	3.262	1.462	969
Serra Preta	1.000	500	40	400	1.000	500	28.623	22.030	1.360
Várzea da Roça	500	360	650	9.100	500	400	16.050	4.360	860
Várzea do Poço	1.008	858	945	11.657	840	574	-	-	-
Total	9.988	6.290	3.428	42.373	7.920	4.362	344.096	168.298	42.307

Fonte: SEI. Elaboração do autor.

Na *tabela 4* são destacados os principais produtos de origem agropecuária do território - as culturas de mandioca, feijão e milho e a produção de bovinos, ovinos e caprinos. No caso do feijão¹⁵, um dos principais ingredientes na composição do regime alimentar da população rural na região, em 2006, a produtividade média por hectare plantado foi de 629,75 Kg. Em Baixa Grande, ela atingiu 840 Kg por hectare e em Gavião não passou de 270 Kg. A variação no interior do território é muito grande. Segundo dados da CONAB, considerando a safra

¹⁵ Com relação a 2005, a área plantada para o feijão diminuiu em 14% e a produção em 5%; para a mandioca, a área diminuiu em 25% e a produção aumentou em 523%; no caso do milho, a área aumentou em 1% e a produção em 12%. Segundo depoimentos de agrifultres da região, o ano 2007, ao contrário dos anos anteriores, teria sido um mau ano.

brasileira de 2005/2006, a produtividade média do produto foi de 808 Kg/Há, abaixo do que ocorreu em Baixa Grande. Na Bahia, na safra 2002, um ano considerado normal para a produção, a produtividade média foi de 460,8 Kg/Ha. Na região de Irecê, a mais importante região produtora de feijão da Bahia, em 1980, no auge da expansão dessa produção no município, a produtividade média alcançou de 449 Kg/Ha e, em 1995, num ano crítico, não passou de 181 Kg/Ha. No Sudoeste do Paraná, regiões de referência nacional na produção de feijão, na safra 2000/2001 foram produzidos 1.164 Kg/Ha, quase o dobro do que se produz na Bacia do Jacuípe. Mas, mais importante que tudo isso é que, em 2006, ano considerado bom para a produção de feijão, a produção *per capita* do produto, considerando toda a população do território, foi de 26/Kg, o que é, provavelmente, insuficiente para a autossuficiência local.

Com relação ao milho, outro produto voltado essencialmente para o auto-consumo do produtor, em 2006, a produtividade média por hectare no território foi de 550,75 Kg. Para o conjunto do Brasil, cuja taxa de produtividade é uma das mais baixas entre os países exportadores do produto, em 1990, a produtividade média foi de 1.775,46 Kg/Ha, em 2000 ela chegou a 2.555,42 Kg/Ha e, em 2006, atingiu 3.282,33 Kg/Ha. Na Bahia, para a safra 2006/2007, a produtividade média foi de 2.037 Kg/Ha, taxa bem superior à do território Bacia do Jacuípe, embora ainda inferior à do Brasil.

A produção animal, principalmente a bovina, é fortemente concentrada no município de Ipirá (onde foi instalado um dos chamados “arranjos produtivos locais” – APL -, o APL do couro, com incentivos governamentais) e Pé de Serra – que é, também, um dos municípios de menor índice de produção agrícola – também se destaca na produção, especialmente na de ovinos. É interessante notar, pelos dados da tabela, que, no território, enquanto alguns municípios se voltam principalmente para a produção agrícola (como Baixa Grande), outros (como Pé de Serra) se concentram na produção animal. É também importante considerar, pelo menos como hipótese, que, em municípios como Ipirá, ocorre uma concentração da produção animal e, notadamente, da produção bovina, nos grandes estabelecimentos agropecuários. Em síntese, segundo o MOC,

“Essa produção agrícola, em grande medida originada de unidades produtivas familiares, além de se destinar ao autoconsumo do núcleo familiar, volta-se ao mercado local e regional. No entanto, são imensos os problemas com que se

defrontam os agricultores familiares, desde o acesso a processos de assistência técnica e crédito que condigam com sua realidade e suas necessidades, até o escoamento de sua produção, muitas vezes submetida à lógica de atravessadores, por falta de estruturas adequadas e representativas para a comercialização dos produtos” (MOC, 2008, 7).

Além disso, ainda de acordo com o MOC,

“A grande contradição reside na realidade de uma região marcada predominantemente pela economia agrícola familiar, mas que tem suas escolas públicas abastecidas majoritariamente por gêneros alimentícios fornecidos pelas empresas e comércios locais, desvinculados da agricultura familiar local. Por um lado, essa realidade favorece o consumo de produtos semi-elaborados e industrializados de outras regiões e que não compõem os hábitos alimentares tradicionais da cultura local, por outro, não contribui para o desenvolvimento sustentável e fortalecimento da economia local, especialmente da agricultura familiar” (MOC, 2008, 6).

Mas, enfim, esse conjunto de informações pode permitir a elaboração, pelo menos aproximativamente, de um perfil socioeconômico do território, onde se conjugam alguns elementos, tais como: 1) as consideráveis perdas de populações; 2) o amplo predomínio, no âmbito rural, da agricultura familiar; 3) a persistência de uma produção agropecuária voltada essencialmente para a subsistência das famílias dos agricultores, de baixa produtividade, relativamente pouco extensa, utilizadora de tecnologias bastante simples; 4) uma situação generalizada de pobreza e marcada pela expressividade dos baixos índices de desenvolvimento humano; 5) a diversidade de situações vividas pelas populações nos municípios do território e, principalmente, das situações de pobreza, marcadas por diferentes combinações de formas de carências materiais desdobradas em uma multiplicidade de planos ou de âmbitos de vida. A demarcação desse quadro é importante para o estudo das formas e dinâmicas de apropriação das políticas públicas no território pelos agricultores familiares.

POLÍTICAS PÚBLICAS, PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS, DINHEIRO E AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO BACIA DO JACUÍPE

No último meio século, em nome do “alívio da pobreza”, o semi-árido do Nordeste brasileiro tornou-se uma espécie de vitrine nacional e mundial. Por ele, em nome do desenvolvimento, desfilou um vasto repertório de organismos públicos e provados nacionais e internacionais, programas, projetos e ações governamentais e não governamentais (Favero et al, 2000:30) que, de algum modo, pretendiam inserir a região nas dinâmicas da modernização agropecuária. Ainda “em meados da década de 60, lançavam-se as bases institucionais de um projeto ambicioso para a agricultura brasileira. Essencialmente, nesse processo, pretendia-se alterar radicalmente a estrutura de produção agrícola, equiparando-a com a agricultura dos países já desenvolvidos em matéria de produção e rentabilidade” (Martine e Garcia, 1987, 9). Essa chamada “Revolução Verde”, que tinha no Estado o seu maior incentivador, embora tenha operado ideologicamente como fato homogeneizador (ou como promessa de homogeneização), manifestou-se e operou, na verdade, tanto no nível da prática quanto no da consciência (prática e discursiva), como um processo ao mesmo tempo incluyente e excluyente, desigual e combinado, como realização e mistificação, encontro e desencontro, visibilidade e invisibilidade (Martins, 2008). Nesse contexto, por um lado, “as áreas rurais nordestinas, quase sempre, obtiveram destaque menor ou foram marginalizadas do foco principal das políticas públicas” (Navarro, 2000: 48); por outro, ao serem transformadas num misto de vítimas e autoras das grandes mazelas sociais do país, elas foram palco de outros tipos de programas e intervenções do Estado, tendo como grandes protagonistas a SUDENE e o Banco Mundial, por um lado e, por outro, os grandes empreendimentos agropecuários, irrigados ou não, deixando completamente à margem a agricultura familiar. Mas, apesar dessas contradições, tudo isso contribuía para a elaboração de uma nova homogeneização ideológica da região e, conseqüentemente, para esconder o novo mosaico – da modernização anômala - em que se transformava o semi-árido, um território profundamente marcado por contradições.

Durante esse longo tempo, como se viu no capítulo anterior, a região que hoje compreende o Território Bacia do Jacuípe ficou quase completamente ou, pelo menos, “residualmente à margem da racionalidade limitada do lucro” (Martins, 2008: 19) e dos grandes planos de desenvolvimento nacionais e regionais. A sua agropecuária não foi incluída nos processos de

“modernização” (mecânica, química e demográfica), exceto muito marginalmente e pela via da perversidade, ou seja, enquanto depositária de mão-de-obra para empreendimentos públicos e privados, principalmente empreendimentos privados, as fazendas da região e o que hoje se chama o “agronegócio” de outras partes do país. É como se, por um lado, na região, para a produção agropecuária, o tempo tivesse parado durante décadas; por outro, vista de fora, durante todo este tempo, esta foi uma daquelas regiões sem importância para o capital e para o Estado (exceto para os jogos da política). Mas é importante lembrar que, referindo-se aos agricultores familiares de toda a Bahia, ainda no início da década de 1990, se dizia que muitos deles estavam aprendendo o caminho do banco, o que era facilitado pela proliferação de projetos associativos e comunitários vinculados aos programas São Vicente e Padre Cícero¹⁶ e, também, pelo crescimento do volume de algumas produções, como a de feijão na região de Irecê. Não foi aquele, no entanto, ainda, o momento da região que hoje forma o território do Jacuípe. Era o momento para outras regiões, o que contribuiu para aprofundar as dessimetrias no âmbito da região semi-árida.

Mais recentemente, como tem apontado uma determinada literatura especializada, a agropecuária baiana teria “sido palco de um profundo processo de transformação produtiva, tecnológica, espacial e sócio-estrutural” (Leite et al, 2008)¹⁷. Para isso, o Estado teria contribuído de forma significativa e o volume de recursos alocado – por meio de uma grande diversidade de programas e de parcerias - para o setor e, especialmente, para a agricultura familiar, também teria crescido consideravelmente. Convém ressaltar, no entanto, que esses estudos, embora destaquem a coexistência - nas “regiões onde o processo de modernização tecnológica se deu de forma avassaladora” - de uma agricultura de alta produtividade com “uma agricultura ‘tradicional’ de base familiar, em sua maioria praticada por pequenos agricultores com baixo poder aquisitivo”, acabam insistindo numa abordagem homogeneizadora que esconde as enormes assimetrias e contradições produzidas e

¹⁶ Ver: Favero, Celso Antonio. *Bengalas e Campos de Tensões: as Organizações Camponesas na Bahia*. UFBA. Dissertação de Mestrado. 1991. Convém lembrar que naquela época, diferentemente do que ocorre atualmente, a agricultura familiar, então denominada pequena produção agropecuária ou produção camponesa, era inserida em projetos públicos de financiamento tomando como unidade contratante a comunidade (coletivos), transformada ou não em pessoa jurídica (associativismo/cooperativismo rural), o que se justificava, do ponto de vista do Estado, em função da precariedade dos vínculos de propriedade desses estabelecimentos. Enquanto isso, para a agropecuária empresarial e, também, para a agropecuária familiar de outras regiões do país, tinha-se como unidade de vínculo o estabelecimento, o que favoreceu o desenvolvimento de outros modos de inserção desses agricultores nas lógicas do mercado.

¹⁷ Os autores estão se referindo aqui, essencialmente, aos empreendimentos irrigados e ao que se denominou durante alguns tempos como “as ilhas de prosperidade” no semi-árido.

reproduzidas entre regiões e entre segmentos da agropecuária no estado. Ou seja, mais uma vez, as políticas para o setor tornaram-se instrumentos para o aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas.

O que é evidente é que, mesmo hoje, no âmbito da produção agropecuária, mais uma vez, a região formada pelo Território Bacia do Jacuípe ficou quase invisível do ponto de vista do Estado. Nela continuou predominando uma agropecuária familiar de subsistência, pouco monetarizada, feita muitas vezes por famílias de agricultores sem terras, praticantes de uma larga de atividades¹⁸ e pela combinação, na perspectiva dos agricultores familiares, entre o permanecer no estabelecimento (o que coube às mulheres e aos filhos menores) e o sair sazonalmente em busca de renda (o que coube aos homens). Em meados dos anos 1990, com a inserção do município de Pintadas¹⁹ na vitrine dos municípios bem administrados do país, e, posteriormente, com a criação do Território Bacia do Jacuípe, essa invisibilidade começou a se romper. Mas é o Programa Bolsa Família, no entanto, que desorganiza mais profundamente o cenário da agricultura familiar do território, o que permite às famílias reorganizarem o seu cotidiano pela combinação, na perspectiva da formação da sua renda, entre a produção agropecuária (marcada pela pluriatividade), a migração sazonal (ou os vários tipos de trabalhos fora do estabelecimento) e o “benefício” do programa.

Neste trabalho, como já foi dito, o que se pretende é produzir marcos para o estudo dos processos de produção de novas sociabilidades pelos agricultores familiares do território beneficiários do PBF. No capítulo anterior tentamos mapear os modos como os agricultores familiares produzem renda através da sua produção agropecuária e a importância do produto dessas atividades na composição da sua renda. Como resultado, por um lado, identificamos a importância da agricultura familiar do território na composição do produto total e, por outro, a enorme precariedade técnica e produtiva do conjunto do sistema agropecuário do território, o que aponta, inclusive, para a insuficiência dessa produção para o atendimento das

¹⁸ Sobre a pluriatividade na agropecuária banana, Dufumier, Marc; Couto, Vitor de Athayde. Neoprodutivismo. Caderno CRH. Salvador: CRH/EDUFBA. V. 1, n. 28, p. 81-111, jan./junho 1998.ver Dufumier e Couto, 1998.

¹⁹ Pintadas é um município do Território Bacia do Jacuípe governado desde 1996 pelo Partido dos Trabalhadores. Duas coisas colocaram o município na vitrine: a criação da ONG “Rede Pintadas”, em 1999, que reúne mais de uma dezena de entidades associativas e cooperativas, e o fato de quase todos os domicílios rurais disporem, hoje, de cisternas para captação e armazenamento de águas de chuvas. Ver: <http://www.redeandibrasil.org.br/hotsite/projeto/boas-praticas/solidariedade-social-rompe-a-aridez-no-sertao-da-bahia/>. Ver também: <http://pintadas-solar.org/Documents/rede%20pintadas.pdf>.

demandas locais de alimentação²⁰. O que se percebe, inclusive, é que a produção agropecuária é insuficiente para a própria subsistência da maioria das famílias dos agricultores familiares do território, que apelam para outras atividades e recursos.

Neste capítulo, dando prosseguimento na montagem dos fatores que contribuem para a formação da renda ou para a estruturação do chão da vida dos agricultores familiares do território, são apresentadas as principais linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – e das políticas de “transferência direta de renda” com ou sem “condicionalidades”, especificamente, as aposentadorias e o PBF. Mas, antes disso, é importante ressaltar que o Território Bacia do Jacuípe é um grande ausente no vasto e complexo quadro das políticas públicas estaduais que repercutem diretamente na composição da renda na agricultura familiar. Entre 2004 e 2006, por exemplo, com relação aos programas Produzir, Pater e Cabra Forte, que seriam os mais importantes do estado em termos de volumes de recursos alocados, os agricultores familiares do território estiveram quase completamente ausentes.

Tabela 5: Distribuição dos Contratos e Recursos do Pronaf (em R\$) - Bahia, Nordeste e Brasil – 2000-2005.

ANO	BRASIL		BAHIA	
	CONTRATOS	VALOR	CONTRATOS	VALOR
2000	969.727	2.188.635.003,31	57.455	125.811.560,78
2001	910.466	2.153.351.258,79	71.908	105.265.904,50
2002	953.247	2.404.850.769,99	87.487	119.987.701,26
2003	1.138.112	3.806.899.245,48	84.211	172.365.901,16
2004	1.611.463	5.761.475.996,11	137.350	313.103.572,43
2005	1.671.183	6.404.190.129,32	142.731	365.018.982,31

Fonte: Pronaf/SAF/MDA. Elaboração do autor.

O PRONAF, instituído pela Resolução 2.191/1995, é considerado por muitos autores como o primeiro programa brasileiro que reconhece as especificidades da agricultura familiar²¹. Mas,

²⁰ A precariedade do sistema produtivo do território repercute na formação da renda das famílias e das finanças municipais. Em 2004, a Transferência de dinheiro dos governos federal e estadual significou 96,5% do total das receitas dos municípios do território. Em Quixabeira, por exemplo, em 2004, a receita própria foi de R\$ 28.227,26. O volume maior dessas receitas é destinado para as folhas de pagamento e para as despesas correntes. *Território de Identidade Bacia do Jacuípe – Receita Realizada - Receita realizada dos Territórios de Identidade, segundo o esforço de arrecadação - 2001-2004.*

ANO	TOTAL	PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIA	OPERAÇÕES DE CRÉDITO
2001	90.088.401,89	2.495.561,06	87.592.840,83	-
2002	102.614.718,57	6.269.713,92	96.345.004,65	-
2003	101.412.961,35	3.604.643,50	97.808.317,85	-
2004	123.145.422,44	3.741.523,92	118.910.204,52	493.694,00

Fonte: MINFAZ / STN e TCM. Elaboração: COREF/SEI.

mesmo em se tratando de um programa de caráter nacional, com relação à distribuição dos seus recursos, na sua trajetória histórica ele sempre teve maior presença em algumas regiões do país em detrimento de outras. Nos primeiros anos, ficou concentrado nos estados do Sul; recentemente, “a participação da Bahia tem crescido (...), chegando a representar 5,7% dos recursos globais em 2005, índice próximo daquele observado em 2000” (Leite et al., 2008). Nesse intervalo de tempo (2000-2005), o número total de contratos cresceu em 72% e o montante de valor alocado aumentou em 192% (*tabela 5*). Na Bahia, o número de contratos cresceu em 148% (o dobro do crescimento nacional) e o valor total financiado aumentou em 192% (o mesmo índice de crescimento do valor total), o que significa que, na Bahia, diminuiu o valor médio de cada contrato.

Tabela 6 – Contratos e montante de recursos do PRONAF para o Território Bacia do Jacuípe – 2000-2008.

ANO	NÚMERO DE CONTRATOS	MONTANTE DE RECURSOS (R\$ 1,00)	MÉDIA DE RECURSOS POR CONTRATO
2000	797	1.429.581,48	1.793,70
2001	2.090	1.281.277,60	613,05
2002	2.129	1.614.887,14	758,51
2003	525	1.299.131,76	2.474,53
2004	3.391	8.174.546,91	2.410,65
2005	5.382	14.908.843,34	2.770,13
2006	4.648	14.717.260,09	3.166,36
2007	2.402	8.756.582,74	3.645,53
2008	2.715	8.316.825,39	3.063,28

Fonte: Pronaf/SAF/MDA. Elaboração do autor.

No território Bacia do Jacuípe (*tabela 6*), com relação ao PRONAF, o que se percebe é, primeiro, a variação anual no número de contratos, no montante de recursos alocados e na média de recursos por contrato. Dois exemplos: ano: 2003 - mudança de governo, arrefecimento da crise econômica e mudanças institucionais no programa – diminui o número de contratos e há uma concentração significativa no montante de recursos por contrato; ano 2005 – campanha eleitoral e término do primeiro mandato do governo Lula - o montante de recursos e o número de contratos atingiram o seu maior volume; segundo, a concentração do número de contratos em alguns municípios (Ipirá, Mairi e Pintadas) e os baixos índices de participação de outros (Nova Fátima, Gavião e Várzea do Poço); terceiro, o valor total de recursos alocado no território é relativamente pouco significativo: em 2008, por

²¹ Para a história e a caracterização do PRONAF, ver: **SCHNEIDER**, Sérgio et al. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In. **SCHNEIDER**, Sérgio et al. (Org.). Políticas Públicas e Participação social no Brasil rural. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2004. P. 21-50.

exemplo, o PRONAF injetou em torno de R\$ 8.316.000,00 para 2.715 famílias. Assinale-se, ainda, que o Território tinha em 2008 aproximadamente 28.000 famílias de agricultores familiares; apenas 10% das famílias fizeram contrato com o PRONAF²².

A maior fonte de ingresso de dinheiro via programas de transferência direta de renda, no território, são as aposentadorias. Conforme resultado de estudo apresentado no “Informe de Previdência Social”, os recursos transferidos pela Previdência Social beneficiavam em 2001, diretamente 13,4% da população do semi-árido e 22,4% da população rural da mesma região; indiretamente, ela acaba aproximadamente 47% da população do semi-árido e 78,5% da população rural (Sandi e Heringer, 2001). No seu conjunto, esses recursos eram, então, superiores, inclusive, aos transferidos por meio do Fundo de Participação dos Municípios. Segundo os autores, que retomam a nomenclatura utilizada por Gustavo Maia Gomes, pesquisador do IPEA, estaríamos diante de

“uma verdadeira ‘economia sem produção’ (...), uma vez que os beneficiários representam uma transferência direta de renda sem contrapartida de ‘prestação de serviços produtivos’ (...). Em outras palavras, os beneficiários da Previdência não produzem, mas se apropriam de uma parte da renda nacional. E a renda desta ‘economia sem produção’ chega a ser superior àquela gerada pela agropecuária tradicional, não podendo ser subestimada” (Sandi e Heringer, 2001).

²² É importante sublinhar que, pelo menos em termos institucionais, um dos atuais objetivos do Programa Fome Zero é o fortalecimento da agricultura familiar através do PRONAF, “atividade considerada fundamental para o desenvolvimento sustentável do meio rural” (Via ABC, 2007: 3). Com base nessa articulação entre Fome Zero e PRONAF, e com a finalidade de fortalecer a agricultura familiar, o governo desenvolveu uma série de programas, tais como: o Programa Garantia Safra (uma das ações do PRONAF que dá segurança para a atividade agrícola no semi-árido brasileiro, possibilitando ao agricultor receber um benefício no período de seca e a garantia do sustento da família por seis meses), o Seguro Agrícola familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, o Programa de Economia solidária e Inclusão Produtiva (disponibiliza qualificação social, profissional e ocupacional, além de ações de micro-crédito e geração e emprego e renda) e o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD – cuja finalidade é promover o desenvolvimento territorial, com ênfase na segurança alimentar e nutricional e geração de trabalho e renda como forma de emancipação socioeconômica das famílias que se encontram abaixo da linha de pobreza nessas regiões. No Território Bacia do Jacuípe, a incidência em termos de alocação de recursos desses programas é pouco significativa. Inclusive, o Território está fora de alguns desses programas, a exemplo do CONSAD.

Tabela 9 - Aposentadorias - quantidade de benefícios totais e rurais emitidos no Território Bacia do Jacuípe, segundo os municípios. Valor acumulado de benefícios emitidos (em r\$) - posição em dezembro de 2005 e 2007

MUNICÍPIOS	2005				2007			
	TOTAL DE BENEFÍCIOS	VALOR ACUMULADO NO ANO TOTAL	BENEFÍCIOS RURAIS	VALOR ACUMULADO NO ANO - RURAL	TOTAL DE BENEFÍCIOS	VALOR ACUMULADO NO ANO TOTAL	BENEFÍCIOS RURAIS	VALOR ACUMULADO NO ANO - RURAL
Baixa Grande	3.509	12.751.247	3.164	11.364.646	3.701	16.607.079	3.313	14.606.843
Capela do Alto Alegre	1.621	5.834.739	1.446	5.138.392	1.839	8.178.827	1.640	7.162.549
Gavião	665	2.420.951	598	2.194.082	744	3.360.681	665	2.991.242
Ipirá	10.627	40.071.903	8.530	31.200.214	11.129	50.738.794	8.878	39.133.235
Mairi	4.730	17.820.861	4.164	15.190.049	4.843	22.537.919	4.234	19.135.701
Nova Fátima	539	1.931.495	444	1.564.794	678	2.988.459	547	2.366.874
Pé de Serra	1.581	5.738.548	1.378	5.002.738	1.777	8.108.346	1.536	6.990.966
Pintadas	1.645	6.048.178	1.457	5.297.109	1.769	7.804.816	1.561	6.788.886
Quixabeira	800	2.949.765	724	2.620.946	952	4.183.450	863	3.725.472
Riachão do Jacuípe	7.001	26.599.499	5.256	19.186.651	7.281	33.974.414	5.416	24.278.732
São José do Jacuípe	64	197.026	59	159.211	225	929.693	182	695.092
Serra Preta	4.007	14.727.918	3.620	13.119.852	4.078	18.404.915	3.667	16.367.625
Várzea da Roça	1.238	4.191.053	1.075	3.511.550	1.495	6.492.652	1.294	5.510.976
Várzea do Poço	1.317	4.983.155	1.190	4.434.297	1.386	6.367.222	1.233	5.639.215
Território	39.344	146.266.338	33.105	119.984.531	41.897	190.677.267	35.029	155.393.408

Fonte: DATAPREV, SINTESE. Organizados pelo autor

Nota: Os dados apresentados nesta tabela correspondem aos benefícios emitidos classificados pelo município do órgão pagador.

No Território Bacia do Jacuípe (*tabela 7*), são crescentes, ano após ano, os volumes de recursos alocados para aposentadorias, tanto em termos gerais quanto com relação aos benefícios rurais. Nesse sentido, é importante constatar, primeiro, que num território que conta com aproximadamente 50 mil famílias, em 2007, há quase 42.000 benefícios; segundo, no território, em torno de 60% da população é rural e em torno de 40% é urbana; na distribuição dos benefícios, no entanto, mais de 83% são rurais e apenas 17% são classificados como urbanos; terceiro, o que é impressionante: R\$ 190.677.267,00 em 2007 e R\$ 146.266.338,00 em 2005. Em 2004, a receita total dos municípios do território (próprias e transferidas) atingia R\$ 123.145.422,44. Mesmo considerando a diferença no tempo, é de se supor que as transferências para aposentadorias equivalem a pelo menos as receitas totais dos municípios do território. De qualquer modo, em 2007, o valor acumulado dos benefícios de aposentadorias equivale a quase 1/3 do PIB do território e que constituem essa “economia sem produção”²³. Se o outro terço é formado pelas transferências federais e estaduais para os municípios, pode-se perceber a dimensão do valor resultante da “economia com produção” do território.

Tabela 7 - Beneficiários do PBF –Território Bacia do Jacuípe – dez. 2008

MUNICÍPIO	ESTIMATIVA FAMÍLIAS POBRES	FAMÍLIAS CADASTRADAS	FAMÍLIAS NO PBF	VALOR DO PBF (reais mensais)
Baixa Grande	2.788	3.698	2.852	264.844
Capela do Alto Alegre	1.840	2.273	1.212	92.181
Gavião	693	993	731	63.867
Ipirá	8.105	11.619	8.583	773.725
Mairi	3.104	4.495	3.040	274.701
Nova Fátima	1.050	1.648	1.057	91.116
Pé de Serra	2.031	3.920	2.374	215.984
Pintadas	1.340	2.266	1.384	119.838
Quixabeira	1.864	2.443	1.888	162.336
Riachão do Jacuípe	4.316	5.159	5.164	441.701
São José do Jacuípe	1.643	2.079	1.630	149.506
Serra Preta	2.447	2.949	2.360	227.566
Várzea da Roça	2.210	2.694	2.310	199.140
Várzea do Poço	1.213	1.906	1.113	93.816
TOTAL	37.813	48.142	35.698	3.170.322

Fonte: Caixa Econômica Federal. Dados compilados pelo autor.

Ao contrario das aposentadorias (transferência direta de renda para indivíduos e sem condicionalidades), o Programa Bolsa Família²⁴ é um programa de transferência direta de renda

²³ O termo “economia sem produção” é, evidentemente, inadequado do ponto de vista teórico, na medida em que se entende que esse fenômeno faz parte de uma totalidade contraditória que tem como base a produção social e a apropriação privada do valor. Todo valor é resultado de produção ou de economia com produção.

²⁴ Um bom estudo do PBF se encontra em: **WEISSHEIMER**, Marco Aurélio. Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

para famílias (a unidade é a família) com condicionalidades. De acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e com o Decreto n. 5.749, de 11 de abril de 2006, os beneficiários são famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Nessa perspectiva, o PBF não deixa de ser uma espécie de remendo do sistema com a finalidade de atenuar para as famílias beneficiárias os efeitos da inserção econômica defeituosa, ou uma expressão bem evidente da nossa modernidade ao mesmo tempo contraditória e cínica. No discurso oficial, um dos seus propósitos é romper com a idéia de que só tem direitos os que trabalham, o que o transformaria num direito. Do ponto de vista estritamente jurídico, no entanto, no Brasil, o PBF não é um direito, não se situa nem mesmo no âmbito do que seria, por exemplo, o direito a uma renda mínima, a um seguro desemprego. Para ter acesso ao benefício, o requerimento básico é o cadastramento da família. Trata-se, essencialmente, de um programa de assistência com a pretensão de ser indutor de mudanças e de, assim, de romper com a própria relação de assistência.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO BACIA DO JACUÍPE – TOTAL, RURAL E URBANO – FEVEREIRO DE 2009

MUNICÍPIO	RURAL	URBANO	TOTAL
Baixa Grande	1.717	1.154	<u>2.871</u>
Capela do Alto Alegre	662	595	1.257
Gavião	388	355	743
Ipirá	5.308	3.314	8.623
Mairi	1.556	1.522	3.078
Nova Fátima	440	615	1.055
Pé de Serra	1.664	740	2.404
Pintadas	837	568	1.405
Quixabeira	1.176	709	1.885
Riachão do Jacuípe	2.580	2.580	5.160
São José do Jacuípe	543	1.103	1.646
Serra Preta	1.516	860	2.376
Várzea da Roça	1.270	1.086	2.356
Várzea do Poço	276	859	1.135
Total	19.993	16.060	36.053

Fonte: Caixa Econômica Federal (dados compilados pelo autor)

No Território Bacia do Jacuípe, o Programa Bolsa Família tem 35.698 famílias beneficiárias de um total de 48.142 famílias cadastradas (esse número de famílias cadastradas é bastante próximo do número total de famílias do território), o que significa que, aproximadamente, 74% das famílias do território. Além disso, se considerarmos que o número de famílias cadastradas é próximo do número de famílias residentes no território, 78,5% das famílias do território são pobres. Nesse quadro, pode-se imaginar, com grande probabilidade de acerto, que em torno de 80 das famílias de agricultores familiares no território são beneficiários do PBF. Outra informação relevante que a tabela oferece diz respeito ao montante de recursos que ingressa no território pela via do PBF: R\$

3.170.322,00 por mês, ou a quantia de R\$ 38.043.864,00 durante o ano 2008. A média de recursos por família beneficiada é de R\$ 88,80 por mês, ou aproximadamente R\$ 1.065,00 por ano.

O que é importante para este trabalho é saber que mudanças foram produzidas no mundo rural com a apropriação desses recursos pelos agricultores familiares do território. Nos anos 1990, em outro trabalho²⁵, se dizia que os agricultores estavam aprendendo o caminho do banco. Era o tempo dos grandes Planos de Desenvolvimento capitaneados pelo Banco Mundial, que requeriam dos agricultores a institucionalização das formas de relações e quando as transferências eram feitas não para as famílias de agricultores, mas para associações de agricultores com base em determinados projetos. Agora, o agricultor encontra-se ele só diante de um personagem abstrato, o Estado, o Governo, ou, simplesmente, o Presidente Lula. Nesse novo contexto, se, por um lado, “avançar analiticamente no reconhecimento de que a mercantilização da vida social e econômica no meio rural é também uma variante importante para analisar a diversidade de práticas e processos” (Conterato e Schneider, 2008: 1), por outro, não é menos importante descobrir quais são as formas e a substância dessa mercantilização; ou descobrir que, em cada um desses contextos, os distintos modos de tecer sociabilidades, de estruturar o chão da vida e a própria vida.

TERRITÓRIO DE AGRICULTORES FAMILIARES, DINHEIRO E NOVAS SOCIABILIDADES – DUAS HIPÓTESES

Neste capítulo discutimos duas questões básicas: quais são os traços (encontros e desencontros) que definem o território Bacia do Jacuípe na perspectiva da agricultura familiar? Qual é o significado do PBF para a agricultura familiar do território? A finalidade é esboçar alguns marcos que permitam, no futuro, conhecer as transformações que se operam atualmente no cotidiano das famílias de agricultores familiares do território com a apropriação, por estas, do Programa Bolsa Família. Não temos resposta definitiva para essas questões, inclusive, por que as pesquisas continuam em andamento. Temos duas hipóteses.

Hipótese 1 - O dinheiro resultante de uma “economia sem produção”, juntamente com a migração suscitada pela precariedade e – não a “economia com produção” ou a ação “política” e “administrativa” do Estado - são os indutores maiores de desmanche/produção de novos cotidianos, de novas ruralidades ou de novas sociabilidades no Território Bacia do Jacuípe.

²⁵ Favero, Celso Antonio. *Bengalas e Campos de Tensões: as Organizações Camponesas na Bahia*. UFBA. Dissertação de Mestrado. 1991.

O território é o chão da vida, um espaço-tempo; neles se encontram/desencontram uma materialidade (que inclui a natureza e os sistemas de engenharia), um uso (que inclui a ação humana, trabalho e política), uma história (que inclui a herança cultural) e uma representação (que inclui os modos de significação). Nele se encontram/desencontram fluidez e viscosidade, luminosidade e opacidade, densidade e rarefação, rapidez e lentidão, mando e obediência (Santos e Silveira 2001: 261-263). É nesse chão da vida que os atores individuais e coletivos realizam as suas ações e produzem os seus contextos (campos de ações) que se definem como deslocamentos, seja em termos de “trajetos” (Giddens, 2003: 136), que marcam a densidade e a largueza do espaço do território, ou em termos de “desencaixes” (Giddens, 1991: 29)²⁶, que se relacionam com resistências e rupturas no tempo social. O território, chão de encontros/desencontros de ações de atores produz rotinas ou “*habitus*”, que se reproduzem e que são frequentemente rompidos; ele se refere, portanto, a um determinado lugar socialmente produzido e vivido.

O Território Bacia do Jacuípe – pelo menos enquanto intenção - é o chão de encontros e desencontros de tempos e espaços e de atores. Concretamente, é um artifício institucional (administrativo e político) resultado da ação política do Estado realizada por um determinado grupo que disputa o controle local do poder e que poderá, portanto, induzir a produção de um território social. Nesse sentido, ele tem uma história, envolve encontros e desencontros de atores e de projetos políticos. Tradicionalmente, a ação política local era estruturada e realizada nos municípios e, numa escala intermediária, nos estados, que, administrativamente, organizavam a sua ação em termos de regiões (administrativas). O município configurava-se como a escala básica do campo da produção e da realização da política. Com a crise e o desmanche da política que explodiu nas últimas décadas, e com a emergência de novos atores que disputam o poder político, o município enquanto lugar da política sofreu forte impacto e viu nascer, em distintas escalas, abaixo e acima dele, novos lugares de produção e de ação política. O município transforma-se num novo lugar de encontro e desencontro que se defronta com a multiplicação de novos lugares, de novos atores, no âmbito das comunidades e, numa escala superior, no território²⁷. Ou seja, o desmanche

²⁶ Giddens entende o descaixe como um deslocamento das relações sociais. Ele distingue dois tipos de descaixe: as fichas simbólicas e os sistemas peritos ou periciais, ambos decorrentes da separação entre espaços e tempos. Como exemplo mais evidente das fichas simbólicas ele cita o dinheiro, que contribui nas relações entre agentes separados no tempo e no espaço; os mecanismos peritos de descaixe envolvem o conhecimento exercido por profissionais em seus papéis sociais.

²⁷ A respeito de territórios de escalas, ver: **ACSELRAD**, Henri. Território e poder – a política das escalas. In: **FISCHER**, Tânia Costa (Org.). Gestão do desenvolvimento e poderes locais. Marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2001.

de uma territorialidade da política enfrenta processos de elaboração de novas e múltiplas territorialidades, em diferentes escalas, dando origem a novas instituições, a novos atores políticos, a novas regras de jogo, a novos conflitos.

Em segundo lugar, também, é importante lembrar que a institucionalização de uma territorialização da Bahia, pelo Estado em nome da sociedade (de fato, em nome de um determinado grupo político), o que se faz assumindo a perspectiva da chamada “abordagem territorial”, se propõe como estratégia de desenvolvimento ou como modo de buscar a redução das desigualdades sociais ou o alívio da pobreza, principalmente no âmbito rural. Os conceitos de democracia (nesse novo enfoque, o território é o lugar da democracia e o município é o lugar da tirania) e de participação política (o território é um lugar aberto a todos enquanto o município é o lugar dos chefes mandonistas locais) tornam-se palavras mágicas. A nova estratégia (de desenvolvimento) situa-se, portanto, num contexto que carrega consigo, pelo menos no discurso oficial, um projeto de reelaboração da política e do social na Bahia e no Brasil, em nome da democracia e da participação.

Esse processo de reterritorialização da política (ou da administração?) produz no Brasil, principalmente na Bahia, além de um novo mapa político e administrativo na perspectiva do Estado, novas distribuições e atribuições nas estruturas políticas e sociais, novos lugares, novos atores, novos participantes, novos privilégios e novas tensões, tanto no âmbito interno aos territórios quanto entre os territórios. Produz-se, desse modo, novas escalas territoriais da política, novos trajetos (espaços de atores) e novos desenhos (tempos de atores), além de novos mecanismos de privilegiamento e/ou de marginalização no âmbito da participação. Mesmo no interior desses novos espaços/tempos de ação política que são os territórios, a participação continua sendo um privilégio, também ele escalonado, articulado com a promessa de agregação de atores antes ausentes.

O Território Bacia do Jacuípe, embora envolva manifestações de relativa fluidez no campo da política, do ponto de vista mais geral, é um território essencialmente não participativo, onde predomina uma ação política comandada por grupos políticos tradicionais. Território e associativismo/cooperativismo são, assim, produções muito precárias do ponto de vista dos sinais de mudança, de descontinuidade. Não é nesses campos, portanto, que se percebe indícios/dinâmicas de produção de novas sociabilidades, exceto marginalmente. O território (lugar da democracia e da participação) continua sendo o desejo de alguns (que disputam o poder e privilégios) e a espera da maioria.

No Território Bacia do Jacuípe, o campo da produção agropecuária – do mesmo modo que o campo da ação política - não é, também, lugar de grandes rupturas nas estruturas do cotidiano, de crescimento da fluidez, da rapidez e da superação do estado de viscosidade. No território, em termos de volume produzido, a produção agropecuária e, nela, a agricultura familiar, é o setor econômico mais importante. No entanto, comparando com outras regiões do país, a quantidade produzida e os índices de produtividade dos principais produtos da região marcam uma situação de grande precariedade e permanência. Permanência de uso de tecnologias arcaicas, produção em baixíssima escala e dedicada quase exclusivamente para o autoconsumo das famílias produtoras, comércio cooperativo ou não cooperativo muito pouco significativo se considerarmos o tamanho do território, são alguns dos sinais dessa situação. Essa mesma situação – de precariedade - pode ser identificada, também, se tomarmos como critérios o PIB, o PIB *per capita* médio e o IDH do território. Ou seja, do mesmo modo que a política, o campo da produção agropecuária (a roça, o criatório de animais) não se constitui, atualmente, como indutor de mudanças no cotidiano das populações rurais do território, exceto se tomarmos a questão pelo seu avesso: a precariedade, também ela, sempre pode ser indutora de mudanças sociais, afinal, viver é preciso. A migração de membros da família, nesse caso, e até de toda a família, tem sido, historicamente, um modo de enfrentar a precariedade da situação local. A migração, principalmente a migração sazonal, é feita como estratégia na busca de trabalho e, assim, essencialmente, na busca de meios para obter comida. Os programas governamentais de transferência de renda, como as aposentadorias e o PBF, ao contrário, aportam dinheiro.

Atualmente, a pobreza e a fome no semi-árido do Nordeste (re)-emergem no cenário social (pela migração), político (crise da política, ou desmanche/reelaboração da política) e simbólico/ideológico (campo das disposições ou dos *habitus* dos atores) do território como problemas novos que se deparam com novos modos de enfrentamento: a migração e, pelo avesso, o dinheiro sem produção local de dinheiro. É nesse encontro/desencontro de espaços e tempos que a migração e a nova ação do Estado se situam. São problemas novos, afinal são novos os contextos mundial, brasileiro e regional em que se inserem; mas, do mesmo modo, são problemas antigos, que têm longa trajetória, que se referem a um outro contexto, o do “desenvolvimento anômalo” do país. Também são saídas novas e, ao mesmo tempo, antigas; problemas e soluções que afetam de forma profunda o cotidiano das pessoas, como revela este depoimento:

“A pequena cidade de Pé de Serra, a 220 km de Salvador, no semi-árido, abriga um povo humilde e hospitaleiro. No entanto, nos últimos anos, a população local tem

diminuído, fruto da imigração para outras regiões em busca de melhores condições de vida. A cidade recebia um percentual de 1.2, hoje reduzido para 0.8 com redutor para 0.6 em cálculos reais. O município recebe metade da receita quando de sua emancipação (1985), sendo que atualmente, as despesas são, sem dúvida, maiores. A principal fonte de renda da região concentra-se na agricultura, na pecuária, constantemente ameaçada pela seca, nos empregos públicos, além de aposentados e pensionistas”²⁸.

O território emerge como novidade que se materializa em termos de migrações e de ingresso no circuito do dinheiro; ele permanece, no entanto, contraditoriamente, como portador de um peso que o retém no passado (a produção agropecuária e a política) e que, inevitavelmente, afeta os novos modos e as estruturas do cotidiano e das “sociedades”. O símbolo maior desse novo tempo é o dinheiro, o que situa a vida e estrutura o cotidiano das gentes do lugar num outro lugar, na combinação/tensão de uma lógica com outra lógica. São, assim, lugares e lógicas precárias, não sustentáveis, principalmente a do dinheiro; elas não têm raízes no chão da vida dos indivíduos e das famílias, mas no Estado, num determinado governo. Contradições, desmanches de mundos, de vidas, produção de novo chão, de novos contextos, estações, trajetos, encaixes e desencaixes, este é o cenário que se quer apanhar neste trabalho. São processos violentos, velozes, mas também quase invisíveis, que ocorrem de modo completamente desconectado dos processos de reestruturação da política e da administração realizada pelo Estado e, também, da reestruturação dos sistemas produtivos. A agricultura familiar no território não é movida, atualmente, pelo PRONAF, mas pelo PBF combinado com as aposentadorias.

Hipótese 2 – o dinheiro – moeda e símbolo – eleva-se acima de quem dele se apropria, transforma o seu possuidor em indivíduo e liberta-o (matéria e símbolo) da sociedade, do trabalho e da natureza (esse mundo pegajoso), inserindo-o numa nova lógica, a lógica do consumo sem trabalho; ele, ao mesmo tempo, reproduz e desmancha tempos e espaços, atores e relações, o cotidiano das famílias, as suas escolhas e os seus consumos, as relações entre os membros das famílias e as suas posições e disposições nos territórios, para produzir novas ruralidades, novas sociabilidades e novos territórios.

²⁸ In. <http://agenciadenoticiasupb2007.blogspot.com/2007/01/prefeitura-de-p-de-serra-luta-pela.html>. Depoimento de uma liderança local aponta na mesma direção: “um estudo feito em 2004 comprovou que 80% das hortaliças e frutas consumidas em Pintadas procedem de fora do município, destacou Nereide Segala...”, In. <http://www.redeandibrasil.org.br/hotsite/projeto/boas-praticas/solidariedade-social-rompe-a-aridez-no-sertao-da-bahia/>

Provavelmente, os “benefícios” em dinheiro provenientes de aposentadorias e do Programa Bolsa Família têm impacto na composição da renda das famílias superior ao da renda do trabalho. O valor médio anual recebido pelas famílias beneficiárias do PBF foi de R\$ 1.065,00 em 2008. O valor médio anual recebido por beneficiário de aposentadoria foi de R\$ 4.451,00 em 2007. O valor anual médio da produção agropecuária por estabelecimento familiar do território foi de R\$ 1.101,80 em 2006. Sabe-se da precariedade desses cálculos e das dificuldades de se conhecer com precisão o valor do conjunto da produção das famílias de agricultores familiares que praticam a pluriatividade. Mas, de qualquer modo, é evidente a importância desses “benefícios” na composição da renda dos agricultores familiares; não menos evidentes são os impactos produzidos por essa “economia sem produção” no cotidiano dessas famílias e das próprias redes de sociabilidade que as integram.

Estamos diante de uma situação no mínimo inusitada: em torno de 80% das famílias de agricultores familiares é beneficiária do PBF; em termos de valor médio do benefício, o seu peso é equivalente ao do valor médio da produção agropecuária dos estabelecimentos agropecuários familiares, o que significa dizer que ele dobra a renda das famílias se não se considera os ingressos provenientes de outras atividades, principalmente do trabalho assalariado; nas famílias beneficiárias, de modo geral, o beneficiário direto é a mulher; a família (a mulher) recebe dinheiro e não, por exemplo, um bem de consumo ou um benefício como escola ou saúde. O programa mexe, portanto, em quatro pilares que sustentam a sociedade na região: as famílias beneficiárias são a ampla maioria (não exceções), o que contribui para a promoção de uma discriminação positiva dos beneficiários; opera-se uma mudança estrutural no interior da família: a mulher, que quase nunca fora considerada produtora de renda, torna-se a responsável pelo ingresso de, pelo menos, a metade da renda da família; a principal fonte da renda das famílias dos agricultores familiares deixa de ser o trabalho; a renda resultante de uma “economia sem produção” chega na família na forma de dinheiro, o que insere a família num outro universo, o universo das relações de compra e venda, que é tipicamente urbano.

Invertendo a ordem dos pontos acima, o dinheiro se transforma no grande símbolo e instrumento de produção de uma nova região. Mas, o que é esse dinheiro? Simmel define-o como uma abstração sem propriedades, uma forma pura e neutra, destituída de toda substância e diferenciação qualitativa, um símbolo. Mas, ele é também moeda. Ele é um produto da história. Na modernidade, ele adquire uma qualidade especial, particular, que dá origem a um novo tipo de “sociação”, não mais a sociação da simetria, do reflexo, mas a sociação da confiança (Simmel, 2006), que supõe a distância entre os possuidores de dinheiro e entre os indivíduos e a sociedade; ele liberta o

indivíduo, aprofunda o individualismo. O dinheiro é, nesse sentido, símbolo e, também, moeda, um “produto e, ao mesmo tempo, um instrumento da objetificação das relações sociais e da individualização da vida humana, próprias da modernidade” (Neiburg, 2007: 124). Ele liberta o indivíduo e, concomitantemente, por meio da crescente divisão social do trabalho, prende-o ao outro. Com base na percepção dessa dialética, Neiburg, citando Maurice Bloch e Jonathan Parry, afirma que “a introdução do dinheiro moderno em sociedades tradicionais não teve o efeito de dissolver os laços sociais, produzindo a divisão radical entre pessoas e coisas que seria própria do capitalismo” (Neiburg, 2007: 126); ele produz novas sociabilidades, as sociabilidades capitalistas. Bourdieu, em “O desencantamento do mundo”, ao analisar os processos de adaptação econômica da sociedade argelina, elabora um complexo painel sobre os encontros/desencontros produzidos nas relações entre o poderio imperialista (francês) e os sistemas de *habitus* dos argelinos:

“de fato, agentes criados dentro de uma tradição cultural totalmente diferente só conseguem se adaptar à economia monetária às custas de uma re-invenção criadora que não tem nada a ver com uma acomodação forçada, puramente mecânica e passiva [...] adquirido e assimilado insensivelmente através da educação implícita e explícita, o espírito de cálculo e de previsão tende deste modo a aparecer como incontestável porque a ‘racionalização’ é a atmosfera da qual se alimenta” (Bourdieu, 1979: 14-15).

O ingresso do dinheiro nessas proporções em uma determinada região acaba produzindo, portanto, novos *habitus*, novas disposições, um reposicionamento dos atores individuais e coletivos nas estruturas sociais e, assim, novas relações e estruturas de sociabilidade.

Mas é essencialmente nos encontros/desencontros dos tempos e dos espaços desses novos sujeitos mediados pelo dinheiro, entre outras coisas, que se produz o novo cotidiano e as novas sociabilidades. A agropecuária praticada de modo artesanal – colada à natureza – produz um território marcado pela viscosidade, opacidade, rarefação, lentidão e obediência. Nela, o chão da vida é menos o chão da técnica, dos sistemas de engenharia, e mais o chão da natureza, um chão pegajoso. O ingresso do dinheiro sem trabalho direto produz outra situação. O fato de estarem colados em uma produção agropecuária tecnicamente artesanal e quantitativamente precária em termos de produção, do mesmo modo que o fato de possuírem determinadas quantidades de dinheiro, cada um do seu modo, repercute na configuração dos territórios dos sujeitos, o que envolve a definição dos seus trajetos e, desse modo, dos contornos e das diversas escalas de densidade desses territórios, e também na reestruturação dos mapas e das estações nesses trajetos. A relação ou a tensão entre o rural e o urbano, entre o morar na cidade e o morar na roça, entre o

produto da roça e o dinheiro, entre a comida da roça e a comida da cidade, entre o jegue e a moto, entre a comunidade, a associação, a cooperativa e o indivíduo, entre a confiança, o pertencimento, a coesão (entre vizinhos) e o anonimato, a separação, a coerência formal (relações monetárias), entre o homem provedor da casa e a mulher que ressurgue como possuidora de dinheiro..., enfim, os modos como se estruturam esses encontros/desencontros de espaços/tempos entram em crise, reorganizam os universos (social e individual) e, essencialmente, o cotidiano das famílias e as suas redes de sociabilidade. Conteúdo e forma, matéria e símbolo, reprodução, desmanche e produção, estes são alguns dos traços do cenário atual do Território Bacia do Jacuípe.

Nesses deslocamentos, três novos elementos, cada um do seu modo, exercem papel fundamental: o Estado, a agricultura familiar e o dinheiro. Todos são novos, pois foram feitos novos, formal e materialmente. Descolados um do outro, mas dependente um do outro. O Estado, ao erigir-se acima da sociedade, nega toda consciência anterior; ele supõe uma “certa ausência de consciência, de racionalidade, de organização na sociedade que constitui sua base”; mas, dialeticamente, se ele supõe que a sua força decorre da negação da sociedade, ao mesmo tempo, ele sabe que não pode abstrair a existência “da sociedade real, que lhe serve de base” (Lefebvre, 1979: 89-90) ou supor que a sociedade não existe. O Estado moderno e capitalista se impõe, desse modo, como símbolo da onipotência, o Leviatã. Mediado por exércitos de “extensionistas” e de agentes “políticos” carregados de instrumentos pedagógicos, ele investe-se da tarefa de realizar o desmanche da sociedade “doente”, constituída de “não racionais”, e de produzir uma sociedade “sadia”, fundada na racionalidade econômica do capitalismo; no entanto, ele se defronta com uma diversidade de agentes locais ativos, não estatais, também eles munidos de disposições, dispostos, inclusive, a apropriar-se de “benefícios” de programas como o PBF e de adequá-los à produção de suas vidas segundo os seus interesses. Estes, por seu turno, não são igualmente sujeitos puros, nem puros sujeitos. São participantes de um processo de “desenvolvimento anômalo”, que “não se manifesta apenas nas privações que produz e dissemina. Manifesta-se, também, nas estratégias de sobrevivência por meio das quais os pobres teimam em fazer parte daquilo que não os quer senão como vítimas e beneficiários residuais de suas possibilidades” (Martins, 2008: 10-11). Esses sujeitos são, também, de certo modo, instrumentos do dinheiro, que se sobrepõe a eles e os transforma em indivíduos livres para agir na sua lógica, a lógica do dinheiro. O novo rural produzido nessa tensão emerge, portanto, como encontro e, ao mesmo tempo, como desencontro, que se expressa, como diria Simmel (2006: 114), nas circunstâncias “psíquicas” e “materiais” contemporâneas, que transforma o próprio indivíduo numa espécie de “compêndio de toda a humanidade”.

Referencias bibliográficas

- **ALBUQUERQUE Jr.**, Durval Muniz. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- **ARTICULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO – ASA**. Declaração do Semi-árido. Propostas da Articulação no Semi-Árido Brasileiro para a Convivência com o Semi-Árido e Combate à Desertificação. Recife, 26 de novembro de 1999. In. <http://nossaterra.wordpress.com/declaracao-do-semi-arido/>
- **BOURDIEU**, Pierre. O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais. Lisboa: Perspectiva, 1979.
- **CIRILO**, José Almir. Políticas públicas de recursos hídricos para o semi-árido. In. Revista Estudos Avançados. vol. 22, no. 63. São Paulo, 2008. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142008000200005&script=sci_arttext.
- **CONTERATO**, Marcelo Antonio e **SCHNEIDER**, Sérgio. Estratégias de reação ou estratégias de adaptação? A pluriatividade da agricultura familiar em contextos rural-urbanos distintos. In. 32º Encontro anual da Anpocs, GT 35 – Ruralidade, território e meio ambiente. Outubro de 2008.
- **FAVERO**, Celso Antonio et al. Reduction of Rural Poverty: Critical Revision of the Situation and Challenges for the Next Century. In. Winrock International and Faculdade Integrada da Bahia. Rural Poverty in the Northeast of Brasil. Salvador, Casa da Qualidade Editora Ltda. 2000. P. 23-48.
- **GIDDENS**, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Unesp, 1991.
- **GIDDENS**, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- **LEFEBVRE**, Henri. Sociologia de Marx. 2ª Ed. Brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.
- **LEITE**, Sérgio Pereira; **CINTRÃO**, Rosângela e **LASA**, Cláudio. O meio rural baiano como espaço privilegiado de políticas públicas: uma análise do contexto institucional e do financiamento das políticas rurais. Impresso. 2008.
- **MARTINE** George e **GARCIA**, Ronaldo Coutinho. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés, 1987.

- **MARTINS**, José de Souza. A sociabilidade do homem simples. Cotidiano e história na modernidade anômala. Segunda Edição, Revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2008.
- **NASCIMENTO**, Humberto Miranda do. A Convivência-com-Semi-Árido como estratégia de desenvolvimento territorial: uma discussão conceitual. In. 32º Encontro anual da Anpocs, GT 35 – Ruralidade, território e meio ambiente. Outubro de 2008.
- **NAVARRO**, Zander. Dos impasses históricos às novas trilhas do desenvolvimento rural. In. Winrock International e Faculdade Integrada da Bahia. Pobreza Rural no Nordeste do Brasil. Um estudo participativo. Salvador, Casa da Qualidade Editora Ltda. 2000.
- **NEIBURG**, Federico. As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro. In. Mana. Vol.13, no. 1, Rio de Janeiro, Abril de 2007. P. 119-151. Ver também: www.scielo.br/pdf/mana/v13n1/a05v13n1.pdf
- **SANDI**, Ricardo Dinarte e **HERINGER**, Luiz Pésio. A Previdência Social nos municípios do Semi-árido Brasileiro. In Informe de Previdência Social, Agosto 2001. Vol. 13, n. 8.
- **SANTOS**, Milton e **SILVEIRA**, Maria Laura. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- **SIMMEL**, Georg. Questões fundamentais da sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.